

Conselho Municipal de Habitação de Mafra SC - CMH	ATA DE REUNIÃO 04-2023	Folhas: 03
---------------------------------------------------	-------------------------------	------------

1. Identificação			
DATA	22/08/2023		
HORÁRIO INÍCIO	14 HORAS	HORÁRIO TÉRMINO	15:30H
LOCAL	Centro de Referência de Assistência Social- CRAS Central		
PARTICIPANTES	<p>Departamento de Habitação: Titular Valéria Grossl Mendes da Silva, Secretaria Mun. de Assistência Social e Habitação: Suplente Cláudia Regina Cordeiro; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Titular Debora Kahlow Schossig; CREA: Titular Rafael Sonaglio(presidente CMH); OAB: Titular Carlos Luiz Cort (vice presidente CMH); Procuradoria Geral do Município: Titular Sr. Pedro Henrique Brunken Flores. CCI: Titular Américo Antunes Outros participantes: Sr. Piero Wanderley Ramos- Secretário CMH, Sra Araci Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, Arquiteto Pedro/CATHIS.</p>		

2. PAUTA
<p>1-Lei da ATHIS e sua Aplicação no Município com a participação do Sr. Pedro, membro do Colegiado Estadual de Habitação e do Conselho Arquitetura e Urbanismo Estadual;</p> <p>2-Regimento interno;</p> <p>3-Programa Minha Casa Minha Vida Urbano e Rural no Município de Mafra;</p> <p>4-Programa Melhorias Habitacionais em andamento.;</p> <p>5-Ateste do Município sendo Entidade Organizacional do Programa Minha Casa Minha Vida Rural</p>

3. DISCUSSÃO
<p>Os Conselheiros estiveram presentes no dia 22 de agosto de 2023, às 14h:00hs na sala de Reuniões do CRAS Central, quando foi iniciada a reunião com a apresentação da pauta pela Diretora de Habitação Sra. Valéria e em seguida, através da plataforma Google Meet houve a participação do assessor técnico da Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social do CAU/SC-CATHIS, o Arquiteto Pedro/CATHIS, que a convite do Departamento de Habitação explanou sobre a Lei da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social – ATHIS, Lei Federal nº11.888 de 2008. O Sr. Pedro/CATHIS abriu sua fala abordando o método utilizado por outros municípios para a implementação da ATHIS que traz a obrigatoriedade de auxílio técnico à população economicamente vulnerável ao acesso à assistência técnica gratuita na elaboração de projetos de engenharia para reforma e construção de casas. Relatou que algumas cidades já tem consolidado escritórios como Juiz de Fora - Belo</p>

Horizonte, Chapecó- Santa Catarina, Salvador - Bahia e Florianópolis/SC, que com as cidades catarinenses a CATHIS/SC, fez parceria. Falou da importância dos Conselhos Municipais de Habitação, a estruturação dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social e seu Fundo Municipal de Habitação, levantando demandas e fazendo previsões orçamentárias para incluir a assistência técnica neste escopo. O Conselheiro representante da OAB Sr. Carlos, questionou sobre o funcionamento dos escritórios e seus avanços, o Sr. Pedro/CATHIS explicou que o trabalho começa com a adesão do município à ATHIS e a regularização através de credenciamento/contratação dos profissionais de engenharia e arquitetura, como também colocando leis municipais regras e parâmetros para cada tipo de intervenção, o Sr. Pedro/CATHIS reforçou que as práticas mais usadas para os atendimentos são através de kits para pequenas melhorias e reparos tais como: impermeabilização, cobertura de telhados, isolamentos térmicos, pequenas melhorias estruturais, reboco, iluminação pintura, etc. O Sr. Piero questionou sobre as licenças, alvarás, responsabilidade técnica nos projetos dos municípios que aderiram a lei, o Sr. Pedro/CATHIS respondeu que alguns municípios utilizam a anistia de licenciamento e alvará para estas pequenas intervenções, e deve ser verificada esta possibilidade, colocando em leis municipais parâmetros para cada tipo de execução norteados pelos planos diretores e código de obras municipais. O Sr. Rafael Sonaglio perguntou sobre as etapas (projeto, execução, fiscalização), pois, cada intervenção tem suas normas e custos, o Sr. Pedro/CATHIS respondeu que o município não poderá descumprir qualquer etapa, ou seja, terá que passar por todos os processos legais e administrativos. A Sra. Valéria relatou a realidade do município de Mafra em relação à demanda reprimida, e ao orçamento para custeio de novas construções, reforma e pequenas intervenções, bem como para regularização fundiária, o Sr. Pedro/CATHIS sugeriu buscar parcerias em associações de técnicos, materiais descartados através de demolição mediante a doação e destinação, caracterização das áreas ZEIS, editais abertos para o CREA, em relação a Regularização Fundiária parcerias com Universidades, ao final da explanação foram proferidos agradecimentos e encerrada a participação da CATHIS na reunião. Retomando a fala dos conselheiros foi aprovada a pauta da reunião anterior e a Sra Valéria reforçou que serão realizados estudos e apresentadas novas legislações sugeridas pela CATHIS para avançar nos atendimentos do Programa de Reformas Habitacionais. Comentou ainda que já foi iniciada a operação de cobrança do PROGRAMA DE REPARAÇÃO CONTRATUAL, organizado a conta corrente e a nomenclatura do CNPJ do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, outras cobranças deverão entrar no sistema como por exemplo a taxa de REURB. Sobre a pauta de reformulação do regimento interno, o conselheiro da OAB Sr. Carlos solicitou tempo até a próxima reunião para apresentar alterações no texto. Os conselheiros opinaram por até o fim do ano finalizar as alterações do regimento e no início do próximo ano, organizar o fórum de chamamento e eleição dos representantes da sociedade civil visando a abertura de novas participações. A Sra. Valéria relatou sobre a abertura do Programa Minha Casa Minha Vida Urbano e Rural e que foram apresentadas 02 propostas no Urbano e 01 proposta no Rural. Solicitou ao Conselho a aprovação para que o município pudesse participar do MCMV Rural como entidade organizadora, tendo sua votação aprovada de forma unânime. Seguindo os assuntos informou que a licitação dos materiais do Programa Reformas Habitacionais foi finalizada e que solicitou junto ao setor de engenharia auxílio na elaboração de projetos de banheiros para viabilizar algumas reformas solicitadas inclusive pelo Ministério Público. Com relação a regularização fundiária informou que os trabalhos da Comissão seguem a contento com inúmeros núcleos já protocolados e sendo regularizados. O Sr. Piero colocou em pauta a captação através de incentivo fiscal buscando outras alternativas que possam ser permanentes, os conselheiros solicitaram que sejam elaborados estudos pelo departamento de habitação e apresentação ao conselho das possibilidades de arrecadação. Desta forma, sem mais manifestações dos conselheiros, deu-se por encerrada a reunião do Conselho Municipal de Habitação e eu Piero Wanderley Ramos

juntamente com a Diretora Habitação Sra. Valéria Grossl Mendes da Silva, redigimos e lavramos a presente ata.